

ATA DA 3ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA PARA ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PLANO DA BACIA DO PIRAPONEMA – CTPLAN

1 Aos nove dias do mês de outubro do ano de 2014, reuniu-se a CTPLAN do
2 Comitê do Piraponema, juntamente com a ENGEORPS, na sede do Instituto
3 das Águas do Paraná, na cidade de Maringá. A reunião iniciou-se às
4 10h15min, estando presentes os seguintes membros titulares da CTPLAN:
5 Cristhiane Michiko Passos Okawa (coordenadora da CTPLAN); José Carlos
6 Tondato - Cooperativa Nova Produtiva; José Maurício Doré – CREA/PR; Edson
7 Hedler – Prefeitura Municipal de Paranavaí; Kátia Cristina Nakandakare –
8 SANEPAR; ausente sem justificativa: Alessandra Valéria de Oliveira –
9 UNICESUMAR. Salienta-se que a SEMA ainda não indicou seu representante
10 para compor a CTPLAN. Estiveram presentes, representando a ENGEORPS:
11 Aída M. P. Andreazza (Coordenadora do Plano de Bacia); Eduardo Preis; Orgel
12 de O.C Pinto; Milena Mariano dos Santos. Representando o Instituto das Águas
13 do Paraná, sede Curitiba, esteve presente João Lech Samek. Também
14 estiveram presentes como convidados: Marcos Edmilson Maziero – Presidente
15 do CBH Piraponema; Maria Helena Biff – Instituto Olhar Suficiente; Renato
16 Antônio Dalla Costa – Instituto das Águas do Paraná; Jurandir Clementino de
17 Sá – Prefeitura Municipal de Mandaguaçu; Lídia Maria da Fonseca Marostica –
18 Prefeitura Municipal de Maringá; Maria Antônia Barros Freire Silva – IAP; Rosa
19 Maria Vieira Junqueira – Instituto das Águas do Paraná. A coordenadora deu
20 início à reunião comunicando sobre a ordem do dia: discutir e deliberar sobre a
21 entrega do produto 1 do plano de bacia do PIRAPONEMA e discutir sobre a
22 nota técnica “Metodologia para balanço hídrico qualitativo”. A discussão foi
23 conduzida pelos destaques que reuniões anteriores detectaram e que foram
24 sendo respondidas pela ENGEORPS, pelo Geógrafo Eduardo Preis, que
25 salientou que muitas das solicitações que a CTPLAN fez serão atendidas em
26 produtos posteriores, especificando em qual produto estará o atendimento a
27 cada solicitação. Salientou ainda que as AEG’s só poderiam ser delimitadas
28 após a elaboração do produto 2 (Caracterização do Uso e ocupação do solo e
29 de Eventos extremos) e que o ideal seria realizar a definição das AEG’s agora.
30 Durante a apresentação da ENGEORPS, diversos assuntos foram discutidos
31 e, com relação à coleta de dados de qualidade da água, a Sra. Kátia Cristina
32 Nakandakare comunicou que existem dados de qualidade da água coletados

33 pela SANEPAR por força de legislação e que deveria ser definido um protocolo
34 de procedimento de solicitação de dados à SANEPAR, visto que por vezes os
35 dados podem ser solicitados às Regionais e a sede não consegue manter
36 controle de quais dados já foram entregues. Ficou definido que o protocolo de
37 procedimento para solicitação de dados será o envio de ofício para o diretor de
38 Meio Ambiente, Péricles S. Weber. Com relação ao uso de dados secundários
39 na elaboração do diagnóstico, José Carlos Tondato e Marcos Edmilson
40 Maziero solicitaram que constasse na memória da reunião que discordam do
41 uso de dados secundários e que a empresa deveria realizar a coleta de dados
42 primários de qualidade da água, sendo encaminhado por escrito “Que na visão
43 do setor produtivo deve ser observado o critério de análise real ou quantitativo,
44 não servindo o critério qualitativo de estimativa como base, devendo ser
45 garantido amplamente a prova e contraprova”. O Sr. João Samek explicou que
46 a coleta de dados primários de qualidade da água, além de não estar no
47 escopo do termo de referência, torna-se inviável pelos requisitos de custo e
48 tempo. A Sra. Aída M. P. Andreazza salientou que o tempo de projeto, de
49 apenas 14 meses, permitiria apenas uma coleta na estiagem e outra na cheia,
50 dados insuficientes para uma análise mais consistente e que em nada diferiam,
51 em termos de precisão, da alternativa metodológica de adoção de parâmetros
52 para estimativas. Maria Antônia Barros Freire Silva e Kátia Cristina
53 Nakandakare informaram que existem dados de qualidade da água em bancos
54 de dados do IAP e da SANEPAR que podem ser solicitados. O Sr. João Samek
55 comentou que o banco de dados de qualidade de água do AGUASPARANÁ, é
56 integrado com dados de quantidade de água, contendo informações de
57 concentrações e vazões para análise de cargas poluidoras, e sugeriu que se
58 coloque como recomendação, no plano de bacia, um monitoramento de
59 qualidade associado com a quantidade. A Sra. Cristhiane Michiko Passos
60 Okawa solicitou que a empresa especifique no plano a preocupação com o
61 incremento da coleta de dados primários na UGRHI, devendo ser implantadas
62 novas estações de monitoramento. Com relação à definição das AEGs, após
63 discussão, ficou definida uma reunião da CTPLAN com o Sr. Eduardo Preis,
64 para deliberação final acerca das AEGs, a ser realizada no dia vinte e dois de
65 outubro, as 9 horas, em local a ser confirmado, a partir de propostas
66 elaboradas pela ENGEORPS e encaminhadas para a CTPLAN com pelo

67 menos uma semana de antecedência. Terminada a discussão acerca do
68 produto 1, a reunião foi interrompida às 12h:15m para almoço, com retorno
69 previsto para as 13h30min. A reunião reiniciou às 13h45min, com apresentação
70 da nota técnica “Metodologia para balanço hídrico qualitativo”, realizada pela
71 Sra. Aída M. P. Andreazza, que salientou a inexistência de estações de
72 monitoramento de dados de qualidade da água na bacia do Paranapanema 4,
73 a existência de pouquíssimas estações na bacia do Paranapanema 3 e a
74 existência de algumas estações na bacia do Pirapó. Diante da falta de dados,
75 as metodologias adotadas para estimativa das cargas poluidoras serão
76 baseadas na literatura nas bacias do Paranapanema 3 e 4. A Sra. Aída M. P.
77 Andreazza reforçou a preocupação em adotar valores de literatura
78 internacional, principalmente para o parâmetro nitrogênio. A Sra. Kátia Cristina
79 Nakandakare recomendou que fossem avaliados os parâmetros desde que
80 houvesse relevância para a bacia; por exemplo, caso existam reservatórios no
81 rio, o parâmetro fósforo é importante, bem como o parâmetro nitrogênio possa
82 ser importante dependendo do uso que se pretende dar para a água (águas de
83 manancial, por exemplo). Assim, o balanço qualitativo seria feito em função do
84 uso pretendido. O Sr. João Samek sugeriu fazer uma validação da metodologia
85 para nitrogênio usando a bacia do Pirapó, onde tem dados. A Sra. Aída M. P.
86 Andreazza informou que serão ainda inseridas na análise as outorgas de
87 lançamento de efluentes e o abatimento de DBO decorrente de tratamento da
88 carga potencial. Com relação às cargas populacionais, a Sra. Kátia Cristina
89 Nakandakare sugeriu que fossem avaliados os cadastros de redes de coleta de
90 esgotamento sanitário, mas diante da impossibilidade de tempo e recursos, foi
91 definido que as cargas populacionais serão realizadas pelo método
92 convencional de adoção de um valor de carga potencial multiplicado pelo
93 número de pessoas e que posteriormente a SANEPAR verificaria a coerência
94 do resultado. O Sr. João Samek salientou a importância de considerar as áreas
95 de mananciais e de cabeceira das bacias e que deveria ser gerado um mapa
96 com mananciais superficiais e subterrâneos. Discutiu-se ainda qual vazão de
97 referência será adotada na elaboração do plano, sendo informado que no
98 termo de referência está especificada a vazão $Q_{70\%}$ da curva de permanência
99 de vazões para o enquadramento. A Sra. Kátia Cristina Nakandakare informou
100 que considera essa vazão inadequada, devendo ser escolhida a mesma vazão

101 utilizada para outorga ($Q_{95\%}$), pois no plano de bacia do rio Tibagi, devido a
102 escolha da vazão $Q_{70\%}$ para o enquadramento, todos os corpos receptores de
103 efluentes foram enquadrados na classe 3, o que acarretou parâmetros de
104 qualidade da água muito muito rigorosos, com a necessidade de um
105 investimento inviável devido ao alto custo para obtenção das outorgas. O Sr.
106 João Samek ficou responsável por definir, junto ao Instituto das Águas do
107 Paraná em Curitiba, qual será a vazão a ser adotada. A Sra. Aída M. P.
108 Andreazza informou a dificuldade na obtenção de dados de eventos extremos
109 que deveriam ser fornecidos pela Defesa Civil. Nada mais havendo a tratar, a
110 coordenadora deu por encerrada a reunião às 15h20m.

111

112 **CRISTHIANE MICHIKO PASSOS OKAWA**
113 **Coordenadora da CTPLAN**